

Contra a retração

Por **Oliver Stuenkel**

Valor Econômico, 20.2.2014

Nos últimos dez anos, a atuação mais forte do Brasil, seja no Conselho de Segurança da ONU, seja como pacificador no Haiti, contribuiu para um debate global mais rico e equilibrado. A sociedade civil deveria tentar convencer a presidente que a retração não é uma opção.

Quando os representantes das grandes potências reuniram-se em janeiro na Suíça para discutir o futuro da Síria, o ministro das Relações Exteriores do Brasil - Luiz Alberto Figueiredo - estava em Natal (RN) para participar da cerimônia de inauguração de um estádio de futebol. Ele havia rejeitado o convite para participar da conferência de paz.

No dia seguinte, um dos principais jornais brasileiros convidou-o para uma entrevista, cujo foco seria a crise síria. Era uma excelente oportunidade de expor a perspectiva brasileira ao público e, mais uma vez, o ministro a rejeitou. Na Conferência de Segurança de Munique, um fórum para o diálogo global sobre políticas de segurança, realizada pouco depois da conferência sobre a Síria, o Brasil foi a única potência econômica sem representantes. Figueiredo, que substituiu o brilhante, mas desafortunado, Antonio Patriota após uma crise diplomática no ano passado, tem se mantido notavelmente invisível e à parte do debate público.

Dilma Rousseff é a principal culpada. Obsessiva em centralizar a tomada de decisão, a presidente considera a política externa como um campo minado de pouca utilidade em sua campanha pela reeleição. Ela está cercada por seguidores pouco inspiradores, sendo um deles responsável por enfraquecer o prestígio do Itamaraty. O ex-ministro da Educação e atual ministro da Casa Civil - Aloizio Mercadante - provocou uma cisão entre a presidente e o ex-chanceler Patriota, há muito tempo considerado o conselheiro mais confiável de Dilma. Atualmente, Mercadante é quem decide os que participam das reuniões presidenciais com líderes estrangeiros. Na história recente do Brasil, nenhum outro presidente menosprezou tanto o papel do ministro das Relações Exteriores, historicamente considerado acima da disputa política.

Mesmo aqueles que criticam a política externa de Lula estão começando a perceber que a estratégia de Dilma é muito pior: o Brasil tem simplesmente deixado de participar de diversos debates internacionais. Um ex-ministro das Relações Exteriores comentou recentemente que "Lula ao menos tinha uma opinião e assumia uma posição". De fato, mesmo antes de Dilma assumir a Presidência, muitos previram que o período de ouro da política externa brasileira, ativa e inovadora, havia acabado. A diplomacia de Lula e Amorim foi profundamente personalizada e difícil de ser copiada por qualquer sucessor. Além disso, o cenário global mudou. Enquanto a primeira década deste século presenciou a ascensão dos Brics e a crise dos EUA, Rousseff herdou uma situação econômica mais difícil, que implica em um maior foco em assuntos domésticos. No entanto, a atual crise econômica brasileira não justifica o recuo. Afinal de

contas, qual é a utilidade de um país que só participa dos debates globais quando sua economia está indo bem?

Em seu segundo mandato, há uma possibilidade real de que a presidente irá sistematicamente reverter muitas das mais importantes conquistas da política externa do presidente Lula. Enquanto Lula se dedicou ao Oriente Médio, Dilma optou por não assumir a liderança no Irã ou Síria. Enquanto Lula abriu inúmeras embaixadas no continente africano, há hoje rumores que Dilma considera encerrar as atividades de várias delas - um movimento que enviaria um sinal desastroso para a comunidade global: o último país a fechar embaixadas na África foi a Rússia após o colapso da União Soviética. Um dos efeitos imediatos da nova política externa brasileira é o de que a Embaixada do Brasil em Cabul, idealizada por Lula e que teria sido a 140ª embaixada brasileira, não se concretizou. Como consequência, o Brasil depende de relatos de outros países e não pode participar de maneira séria na discussão sobre o futuro do Afeganistão.

Além disso, o Brasil não se empenhou em antecipar seu retorno ao Conselho de Segurança da ONU, o que não é um sinal de grande ambição para entrar no Conselho como membro permanente. Finalmente, após a decisão de Dilma de assumir a liderança no debate sobre a governança da Internet no ano passado, percebe-se uma nítida incerteza nos outros países sobre o que exatamente o Brasil preten de alcançar quando se realizará uma grande conferência sobre o tema em São Paulo. Da mesma forma, o governo tem-se mantido em silêncio sobre suas ideias e metas para a 6ª Cúpula do grupo Brics que será realizada em Fortaleza no mês de julho.

São péssimas notícias tanto para o Brasil quanto para a comunidade internacional como um todo. Em um mundo cada vez mais multipolar, o domínio de grandes potências na conversa global não produz soluções sustentáveis para os problemas mais urgentes do mundo, tais como mudanças climáticas, volatilidade financeira, direitos humanos e proliferação nuclear. Nos últimos dez anos, a atuação mais forte do Brasil - seja no Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante as negociações no Irã, como um pacificador no Haiti, na América do Sul, ou na África emergente - contribuiu para um debate global mais rico e equilibrado. Para assegurar que continue dessa forma, o Ministério das Relações Exteriores e a sociedade civil devem convencer a presidente que a retração não é uma opção.